

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Comitê de Priorização do 1º Grau) e do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau
Data	2/6/2023
Horário	14h
Local	Formato híbrido – Sala de Reuniões da Presidência do TRT15 e telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Coordenador, Renan Ravel Rodrigues Fagundes;- Desembargador Vice-Corregedor, Manoel Carlos Toledo Filho;- Desembargador Marcelo Garcia Nunes;- Juiz Marcel de Ávila Soares Marques;- Juíza Vanessa Cristina Pereira Salomão;- Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes;- Juiz Manoel Luiz Costa Penido;- Assessora de Gestão Estratégica Substituta, Helen da Silva Paes de Souza;- Secretária de Orçamento e Finanças Substituta, Maria Cristina Mauad;- Servidor Vlademir Nei Suato;- Servidor Antonio Carlos Betanho;- Marluce Ladeia Christovam;- Susana Haydee Flores Cucatti;- Magistrado indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV: Juiz Sérgio Polastro Ribeiro;- Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE: Ivan Bagini;- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Corregedora, Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza;- Juiz Auxiliar da Presidência: Levi Rosa Tomé (titular) e Daniela Macia Ferraz Giannini (suplente);- Juíza Conceição Aparecida Rocha de Petribu Faria;- Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;- Assessora de Gestão Estratégica: Iara Cristina Gomes;- Secretário de Orçamento e Finanças: Marco Antonio Fernandes;- Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti;- Servidor Rodrigo Gonçalves Dias Agostineto;- Univer Cristiano Nogueira da Silva;- Juíza Regina Rodrigues Urbano (suplente);- Andréa Azevedo (suplente).

Pauta / Assuntos	<p>1) Nomeação e lotação de novos servidores. Apresentação de dados do atual quadro (lotação e cargos vagos), previsão de nomeações e pedidos de aposentadoria;</p> <p>2) Inconsistências do PJE. Dificuldades de acesso e trabalho no sistema;</p> <p>3) Principais temas abordados no Webinário efetuado pelo CNJ envolvendo a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.</p>
-------------------------	---

O Excelentíssimo **Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes**, Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Comitê de Priorização do 1º Grau) e do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau, iniciou a segunda reunião do ano de 2023, realizada no dia 2 de junho, às 14h, em formato híbrido, cumprimentando e agradecendo a todos os participantes.

Solicitou à Excelentíssima Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes secretariar a reunião.

O Comitê passou a avaliar os assuntos constantes da pauta compartilhada anteriormente pelo Google Agenda.

1) **Nomeação e lotação de novos servidores.** Apresentação de dados do atual quadro (lotação e cargos vagos), previsão de nomeações e pedidos de aposentadoria;

Dr. Marcel sugeriu tentar construir um formato de sugestão para encaminhar à Presidência, com as demandas de 1º Grau, para apresentar o problema já sugerindo uma solução.

Dra. Vanessa citou a porcentagem de 60% da Resolução CNJ 219/2016 e que esse número não foi contemplado na nomeação de novos 203 servidores, sendo 100 para a 1ª instância e 30 dentro dos 100 como oficiais de justiça.

Dra. Fernanda propõe construir uma solução conjunta, citando o Projeto Equaliza, as novas tecnologias e atenção também ao déficit no 2º Grau. Questiona sobre a necessidade da nomeação do número de oficiais de justiça tal como realizada.

Dr. Sérgio Polastro comenta que o PROAD 9055/2023, aberto por requisição da Amatra XV, com pedido de oitiva do Comitê em relação à futura nomeação de servidores, aguarda decisão.

Dr. Renan pontuou que há critérios estabelecidos pela Administração que nortearam as nomeações, em tentativa de priorizar o 1º Grau. Sugeriu montar um grupo de trabalho para coletar dados com a Secretaria de Gestão de Pessoas e interagir com Presidência e Corregedoria sobre o assunto. Citou que o aperfeiçoamento das

atividades dos servidores pelo Projeto Especializa deve mudar o modelo de gestão das Varas e fazer render melhor o trabalho ou até gerar excedente de mão-de-obra.

Dr. Marcelo complementou que o Comitê poderia postular um espaço para ser previamente ouvido antes de nomeações de impacto o que possibilitaria a troca de questões técnicas com a Administração.

Dr. Marcel falou sobre o Projeto Especializa e Equaliza no FT São José do Rio Preto, com previsão de que em dois ou três meses haja dados concretos das lotações alteradas e dos rendimentos, bem como das necessidades de mais servidores em áreas do Fórum.

Dra. Vanessa reforçou que há previsão de critérios e porcentagens na Resolução do CNJ.

Dr. Manoel Carlos questionou a existência de critérios para chamar os oficiais de justiça. Vlademir explicou que com base na resolução 296 do CNJ foram realizados estudos pela Corregedoria, com abertura de ordem de serviço, concluindo que havia necessidade de substituir os que trabalhavam como ad hoc e que, dentro do PJe, é possível calcular quantos mandados estão em cumprimento por mês, por oficial de justiça. Esclareceu que há o Índice de Produtividade por Servidor a ser também considerado e que, atualmente, ficaram dois oficiais lotados por unidade.

Dr. Sérgio e Dr. Marcelo citaram a discussão sobre a necessidade ou não dos 30 oficiais de justiça nomeados e a exigência de cumprimento da Resolução CSJT 296/2021.

Dr. Renan propôs elaborar o pleito para o Comitê ser ouvido previamente antes de um determinado número de servidores ser nomeado, formando-se um grupo de trabalho para tanto, o que foi aprovado pelo comitê, na seguinte formação: um desembargador, um juiz de 1º grau, um servidor de 2º grau, um servidor de 1º grau, um representante da Amatra XV e um representante do Sindiquinze. Os membros poderão se candidatar por e-mail, para escolha do Comitê.

2) **Inconsistências do PJE.** Dificuldades de acesso e trabalho no sistema;

Dr. Marcel explicou das dificuldades de acesso, inclusive durante audiências, sem ter um critério objetivo que possa justificar as inconsistências, sem saber se é problema de conexão de internet, se é problema no sistema do PJe.

Dra. Fernanda completou que a dificuldade é na conexão e não nas funcionalidades, que os horários comuns de trabalho, no período vespertino, causam mais lentidão, que o salvamento automático nem sempre é contínuo e faz perder atualizações das atas e documentos durante as audiências.

Dra. Vanessa comentou que a lentidão parece ser pior quando se usa o wifi da Vara, principalmente às 14h ou 15h, pela força total de trabalho naquele horário.

Dr. Manoel Carlos citou que a questão foi debatida no Comitê de Governança de TIC, com sugestão de que o Tribunal contrate a maior velocidade de internet

disponível.

Dr. Manoel Penido corroborou a ideia de melhorar conexão de internet, citando que audiência por videoconferência funciona sem travar, mas com audiências nas Varas a internet causa entraves. Pediu para que se pense, ainda, no fornecimento e na atualização dos equipamentos.

Susana afirmou que os servidores abrem diversos chamados para levar a demanda para as áreas técnicas, mas que não houve melhora no último ano.

Dr. Renan sugeriu e o Comitê concordou em fazer uma solicitação à Presidência de melhorias no sistema e nas conexões, com maiores demandas dentro de cada unidade judiciária, devido a necessidade de trabalho presencial em todas as unidades jurisdicionais. Dra. Fernanda ficou encarregada de elaborar a redação da proposta a ser levada à Administração.

3) Principais temas abordados no Webinário efetuado pelo CNJ envolvendo a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Dr. Marcelo compartilhou alguns tópicos vistos no Webinário: a atuação em rede interna e externa - com comunicação e troca de ideias entre os Comitês do Tribunal e com Comitês de outros Tribunais -; a capacitação de magistrados e servidores sobre a questão orçamentária do Tribunal; a questão da residência jurídica - atualmente suspensa, mas com experiências positivas de outros Tribunais que implementaram.

Dr. Sérgio disse que a residência jurídica está sobrestada no CSJT e que está em votação em PCAs no CNJ (exemplo: PCA 0007991-85.2022.2.00.0000), com resistência pela precarização do serviço público ou de contratação no lugar de concursos públicos.

Ivan pontuou que os executantes são necessários ante o quadro de escassez de servidores. No entanto, aponta a existência de severas críticas quanto à residência jurídica, com intenso trabalho do Sindiquinze no sentido de lutar pela reposição de servidores.

Dr. Renan pediu para constar os três temas trazidos pelo Dr. Marcelo. O Comitê concordou com o acompanhamento das questões.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h25, marcando a próxima reunião para 25 de agosto de 2023.

Ata preparada por	Juíza Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes	Em	20/06/2023
Ata revisada por	Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce	Em	26/6/2023
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador, Renan Ravel Rodrigues Fagundes	Em	6/7/2023